

16/6/1985

O latifúndio ocupou a "fronteira"

Brasília — Para o secretário geral do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Simão Jatene, os conflitos no Pará são decorrentes de uma política errada de expansão fundiária numa área que se caracteriza como "fronteira agrícola". Historicamente essa região funcionou como válvula de escape de tensões sociais em outras partes do país, onde a estrutura agrária se consolidava de forma distorcida.

Mas a privatização (que não significa utilização) das terras no Pará, antecipando-se à frente pioneira, formou um verdadeiro cinturão improdutivo. Os pequenos produtores que lá chegavam começaram a ser empurrados dos locais que iam ocupando. Os processos de expulsão acumulados ao longo de uma geração, que começou a ver a idéia de terra livre e o mito de fronteira agrícola se esvaírem, acabaram provocando uma inevitável resistência.

Em apenas ires anos (1978 a 1981), oito pessoas físicas ou jurídicas expandiram suas propriedades no Pará em cerca de 4,5 milhões de hectares, passando a deter aproximadamente 6 milhões de hectares. Ou seja, o equivalente a toda a terra pública alienada no Estado ate 1963. A área apropriada por esses empreendimentos supera em 40% toda a extensão ocupada pelos quase 196 mil estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares recenseados no Estado pelo IBGE em 1980.

A grande maioria das terras apropriadas no Pará tem sido destinada a um uso anti-social e antieconômico. Mais de dois terços dos 17 milhões de hectares de área total aproveitável dos latifúndios são mantidos sem utilização, enquanto permanecem sem terra aproximadamente 160 mil trabalhadores.

Os grandes estabelecimentos (mesmo os destinados à atividade agropastoril) representavam, em 1980, apenas 1% do total de propriedades agrícolas do Pará, embora concentrassem 57% da área ocupada. Além disso, empregavam somente 3% da mão-de-obra rural e contribuíam com apenas 14% do valor bruto da produção.

(Página 16)